

AVISO nº 51 / 2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E
CONSERVAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 184 / 2013

1. Do Procedimento licitatório

Informamos que o procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **limpeza, asseio e conservação**, para atendimento da demanda dos seguintes órgãos: AGPR, CODAPAR, BPP, DER, IAP, SESA, SEIL, SETI e SETS, derivado do **Sistema de Registro de Preços - Pregão Eletrônico nº 184 / 2013 - Protocolado nº 12.161.400-6**, efetuado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, foi **homologado** na data de 22 de maio de 2014.

2. Da competência

As demais condições continuam vigentes, a saber:

I - A gestão dos contratos será individualizada, por meio de um gestor devidamente nomeado para esse fim, conforme determina o art. 118 da Lei Estadual 15.608/2007, ao qual competirá a fiscalização, o controle e a avaliação da execução dos serviços, bem como a aplicação das penalidades, sob o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas;

II - À SEAP caberá a gestão dos processos de contratação, o gerenciamento dos quantitativos da Ata de Registro de Preços e as análises técnicas dos processos, bem como a prévia autorização ou concordância de contratações, nos termos do Decreto Estadual nº 6.191/2012;

III - Caberá à SEAP, no decorrer da vigência dos contratos, a formação do índice geral de reajuste, sendo que sua divulgação se dará após a devida autorização do Chefe do Poder Executivo. Reiteramos que para o processo de concessão, deverá ser observado os trâmites internos para formalização do

Termo de Apostilamento e sua devida instrução, com toda a documentação necessária, análise jurídica e as informações orçamentárias e financeiras.

3. Do contrato

Quanto a duração dos contratos estes deverão ser formalizados pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados de acordo com o art. 103 da Lei Estadual 15.608/2007, desde que atendido o art. 106, entre outros, do mesmo diploma legal.

Art. 103. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

Art. 106. Qualquer prorrogação deverá ser solicitada ainda no prazo de vigência do contrato, com justificação escrita e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste.

Parágrafo único. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua deverá ser solicitada pelo servidor responsável pelo seu acompanhamento antes de 60 (sessenta) dias do seu termo final.

Para a instrução do processo de contratação, disponibilizamos no portal desta Coordenadoria de Administração de Serviços - CAS, no endereço eletrônico www.administracao.pr.gov.br, o edital do aludido procedimento, a homologação, a minuta do contrato e as planilhas com as demandas de cada órgão participante, sendo que após a formalização, disponibilizaremos a Ata de Registro de Preços, junto da devida publicação.

Reiteramos especial atenção ao disposto no **Decreto nº 6.191/2012, com as alterações do Decreto nº 10.429/2014**, que define as competências e procedimentos para a realização das despesas, assim como o Decreto nº 11.192/2014.

Curitiba, 30 de maio de 2014.



Marisa Ribeiro de Lima

Coordenadora SEAP / CAS